

À SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - CORRDENADORIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo SEI-08/001/005552/2020.

Contrato nº 009/2020

A SPEED SECULO XXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº12.215.803/0001-42, com sede na Rua Jornalista Geraldo Rocha, S/N, Lote 35 Quadra 77, Jardim Meriti, São João de Meriti, Cep: 25.555-221, local designado a receber suas intimações, ofícios e decisões, mediante seu procurador legal, que ao final subscreve.

Tem esta por finalidade comunicar a V.S.^a o pedido formal de DESISTÊNCIA, do processo ora mencionado, declinando das proposições contratuais em virtude da situação periclitante que assola a humanidade em escala mundial, instaurada em decorrência do Covid-19, transmitimos que a referida empresa não terá a condição de atender o referido contrato nas disposições agora apresentadas.

Realizando uma busca diligente, não foi localizado um fabricante que pudesse escoar tamanha mercadoria em um prazo tão exíguo, então decidimos por não atrasar a demanda estadual, não arriscarmos a vida dos cidadãos e por isso, solicitamos encarecidamente que nossa desistência na continuidade da proposta apresentada seja efetivada.

Além da demanda encontramos um quadro social e econômico totalmente volátil o que impactaria diretamente na proposição dos valores apresentados, sendo assim Lei 8.666/1993 em seu artigo 48, inciso II prevê a desclassificação das propostas com preços inexequíveis, preços estes que não se revelam capazes de possibilitar uma retribuição financeira mínima em relação aos encargos que terão que assumir contratualmente. Evitando assim, uma possível inexecução contratual e tutelando um valor juridicamente relevante, qual seja, a lucratividade das atividades econômicas, promovendo a circulação de riquezas no país.



SPEED

PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI.

Caminhando no mesmo sentido do alegado a súmula nº 262/2010 do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO determina:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.

Caminhando no mesmo sentido do alegado a súmula nº 262/2010 do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO determina:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.

Por fim, renovando os processos de estima e consideração, solicitamos encarecidamente que sejam compreendidos os fatos expostos, tendo ficado claro que o intuito não fora de procrastinar ou frustrar o ato em si, mas em decorrência do Covid-19 não conseguiremos manter nossos Preços e condições de entrega apresentada.

Peço que seja considerado o fato do solicitante ser um fornecedor assíduo e que de todo o seu histórico de fornecimento jamais ter havido algo que manchasse sua reputação perante o referido ente.

II - DO PEDIDO:

Que sejam acatadas as alegações expostas, procedendo-se o cancelamento dos referidos itens, adjudicando-os ao segundo colocado.

Rio de Janeiro, 19 de Março de 2020.


SILVIO MORAES
(REPRESENTANTE LEGAL)

SPEED SÉCULO XXI DIST. DE PROD.
MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 12.215.803/0001-42